

17/7/91

ma, e que se insurgiria sempre contra tais fatos e ações, postulando a saída para todos e não para os privilegiados, encerrando a seguir sua fala. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra em EXPLICAÇÃO PESSOAL, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, será assinada para que produza seus efeitos legais.

[Handwritten signatures and initials]

Ata da Décima Quinta Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), realizada em onze de abril do ano em curso.

As dezesseis horas do dia onze de abril de mil novecentos e noventa e um (1991), sob a Presidência do Vereador Ayr Silva da Rocha, e com a ocupação da 1ª Secretaria "ad hoc" pelo Vereador Jânio dos Santos Mendes, e da 2ª Secretaria pelo Vereador Josénio Pacheco Filho, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses referidos Vereadores, chamados nominalmente os seguintes Vereadores: Aires Berra de Figueiredo, Adailton

Pinto de Andrade, Benildo Mota, Carlos Roberto Silva, Carlos Roberto Nogueira dos Santos, Dirley Pereira da Silva, Félix da Costa Gomes, José Oscar Elias, Orlando da Silva Pereira, Valfredo dos Santos Silva, Walmir Rodrigues de Maceda, Wilmar Monteiro, e Osmar Sampaio da Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foi lida e aprovada a Ata da Décima Quarta Reunião Ordinária, realizada em nove de abril do ano em curso. A seguir, o Senhor Presidente convidou o Vereador José Oscar Elias para fazer a Leitura do Texto Bíblico, convidando a todos que ficassem de pé. Após a Leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente determinou ao Senhor Primeiro Secretário a Leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte: Projeto de Lei nº 015/91 - Prefeito Municipal de Cabo Frio assunto: Institui o Plano Diretor do Município de Cabo Frio; Projeto de Resolução nº 005/91 - Mesa Executiva da Câmara Municipal - Assunto: Dispõe sobre os vencimentos e números de vagas dos cargos e funções da Câmara Municipal de Cabo Frio; Projeto de Resolução nº 006/91 - Mesa Executiva - Assunto: Fixa prazo para votação do Plano Diretor; Requerimento nº 029/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Maceda, solicitando ao Exm.º Senhor Prefeito Municipal, informações quanto à arrecadação do I.P.V.A., nos meses de janeiro, fevereiro e março/91; Requerimento nº 030/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Maceda, solicitando ao Exm.º Senhor Prefeito Municipal, informações quanto a

instalação do sinal luminoso que está sendo colocado na Avenida Júlia Kubitschek, Requerimento nº 038/91 - Mesa Executiva - Assunto: Requer urgência e discussão única nas Comissões Técnicas Permanentes a matéria para o Projeto de Resolução nº 006/91, Indicação nº 034/91 de autoria do Vereador Benildo Mota, solicitando ao Exm.º Senhor Prefeito Municipal, a colocação de um consultório odontológico volante para atender a comunidade de São Jora; Indicação nº 035/91 de autoria do Vereador Josênio Pacheco Filho, solicitando ao Exm.º Senhor Prefeito Municipal, instalação de iluminação pública na Ponte Feliciano Sodré; e Indicação nº 040/91 de autoria do Vereador Josênio Pacheco Filho, solicitando ao Exm.º Senhor Prefeito Municipal, reaparelhamento asfáltico para a Avenida Joaquim Nogueira. Terminada a leitura do EXPEDIENTE, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado para o uso da Tribuna. Fêz uso da Tribuna como primeiro orador inscrito o Vereador Carlos Roberto Silva, abordando a questão da emancipação de Búzios e fazendo alusão a quadro fixado no local da plateia pelo ex-Prefeito Otime Cardoso dos Santos, mostrando como ficaria Cabo Frio após a emancipação, ou seja, ficando com cerca de vinte e dois quilômetros quadrados, menor que Arraial do Cabo e do que Búzios, frisando ainda os grandes problemas sociais que ficariam a encargo de Cabo Frio. Considerou a emancipação de Búzios interesse de alguns poucos em razão de negócios imobiliários, e mais, que em futuro muito próximo, Cabo Frio pediria anexação ao Município de Búzios passando a ser Distrito, o que era um absurdo. Disse que acima

de tudo era necessária a união de todos, independente de cor partidária, e que através da imprensa fosse mostrada a verdade sobre a emancipação do 3º Distrito, e ainda que a emancipação pretendida fosse mais elaborada de forma que interesses não fossem prejudicados. Adiante, comunicou que a creche construída em Jardim Esperança, seria inaugurada no dia doze de abril, convidando a todos para que vissem o que um salário de Vereador pudera fazer, na medida em que optara por empregar seus subsídios em obras de alcance social, e que brevemente construiria mais uma creche no Bairro Jacaré e antes de terminar o seu mandato construiria uma Central de Artesanato em Jardim Esperança. Abordou a seguir a Cooperativa Habitacional, também de sua iniciativa, afirmando que no presente não haviam quinhentas casas sendo entregues no Município, porque seu Projeto havia sido bombardeado por dois ou três Vereadores, impedindo a realização do sonho de tantas pessoas. Prosseguindo, disse que pretendia voltar a lutar pela construção de casas populares durante o ano de 1991, pois entendia que acima dos interesses pessoais estava o interesse do povo, aduzindo que se tivesse que engolir mais alguns "rapôs" para construir mais obras de cunho social, não heritaria, pois o que desejava era melhorar a situação de pobreza de grande parcela do povo labofriense, e tudo indicava que se houvesse a emancipação de Búzios a situação seria muito pior, no que encerrou sua fala. Por ordem de inscrição, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Vereador Wilmar Monteiro, regis-

trando ainda as presenças dos Senhores Ottoni dos Santos, ex-Prefeito e ex-Vereador, e Geraldino Farias Neves, ex-Vereador e atualmente Vereador pelo Município do Arraial do Cabo, e também do Senhor Carlos Cunha, Vereador pelo Arraial do Cabo. Ocupando a Tribuna, o Vereador Wilmar Monteiro, disse que ocupava a Tribuna para apelar ao Presidente da PROCAF, Dr. Paulo Massa, para que fosse iniciada a 1ª operação "tapa buracos" no Município, pois o estado das ruas era deplorável e inadmissível. Disse ter consciência quanto a falta de condições da PROCAF para realizar obras, mas questionava o investimento da empresa em calçamento de novas ruas deixando de lado a manutenção de tantas ruas já intransitáveis. Adiante disse ter entrado em contato com o Senhor Prefeito no sentido de que fosse determinado ao Presidente da PROCAF a imediata recuperação de ruas no Município. Prosseguindo, disse que na oportunidade do diálogo com Dr. Paulo Massa, o mesmo comunicara estar entrando em contato com empresas no sentido de que as obras fossem realizadas, e mais, que já existiam empresários dispostos a realizar obras recebendo em dinheiro e terrenos, e que em contra-partida afirmara ao Presidente da PROCAF, que a Câmara por certo não criaria dificuldades, mas tal prática só poderia ser analisada com a Câmara dispondo de uma planilha de preços o que era imperativo. Abordou a seguir Requerimento de sua autoria, enviado a CEAT, indagando da empresa se estavam sendo lançadas na TIP, contas oriundas de consumo próprios Municipais, lamentando que decorridos trinta dias a Empresa não se ma

nifestasse, afirmando ter certeza que a CERT estava burlando a sociedade Calopriense na manipulação da Taxa de Energia Elétrica, e que se fosse o caso o Convênio deveria ser denunciado. Quanto a questão da emancipação de Búzios, motivo colocado no Painel, Dico, motivo de painel colocado no Plenário pelo ex-Prefeito Otíme Cardoso dos Santos, disse que reconhecia o direito do cidadão de Búzios, o que não questionava, mas a Câmara tinha a obrigação de evitar que tal fato ocorresse. Disse também que na oportunidade da primeira autorização para o plebiscito a Assembleia cometera um verdadeiro crime contra Cabo Frio, na medida em que atropelara a Lei para atender possivelmente a outros interesses, e finalizando, disse que respeitava os anseios da comunidade de Búzios, mas sobretudo cumpria a Câmara de defender os interesses do povo Calopriense, condenado pela incredulidade dos Deputados Estaduais. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Walmir Rodrigues de Paerda, abordando o V Congresso de Vereadores da Região Sudeste realizado em Cabo Frio no ano anterior, frisando que embora sem a divulgação merecida começava a dar frutos. Lembrou que naquela ocasião o Vereador Aldemir Gonçalves de Campos, defendera a criação de um salário desemprego para os pescadores de Camarão durante o período do "defeso" ou seja, a proibição da pesca de quinze de fevereiro a maio, e que assim sendo, enviara "Telex" a Presidência da República como sugestão que por demais justa para tantas pessoas que dependiam da pesca do Camarão. Adiante,

disse que com satisfação ouvira o Presidente Collor comunicar em noite de abril próximo pas-
 rado, ter enviado ao Congresso Projeto de lei,
 dispondo sobre a concessão de um salário mí-
 nimo e mais aos pescadores de lamarão duran-
 te o período de "defeso", e que sem dúvida al-
 gumas era vitória do interior, da união da
 classe política, atendendo não apenas ao Esta-
 do do Rio de Janeiro, mas a todo o Brasil. Disse
 a seguir de sua preocupação quando as Câma-
 ras começavam criar Comissões para reivindi-
 carem melhores condições de vida para suas
 regiões, e mesmo não ocorria com o Executi-
 vo Municipal, principalmente em Cabo Frio. Re-
 portou-se a encontro realizado recentemente
 em São Pedro de Aldeia, reunindo Prefeitos e
 Vereadores e sentira a ausência do Prefeito de
 Cabo Frio, na medida em que no encontro
 em referência estava presente uma Ministra
 de Estado, Margarida Procopio, coisa rara
 de acontecer no Estado, aduzindo que aquela
 era a hora dos Prefeitos e Vereadores em grupo,
 colocarem os problemas da região, principalmen-
 te na área social. Disse a seguir que en-
 quanto Cabo Frio se ausentava de reuniões
 importantes, o Prefeito se preocupava em dar
 posse a Sub-Secretário de Esportes, dizendo que
 não comparecera, não por retaliação ao impos-
 tado, que poderia fazer um bom trabalho,
 mas não entendia, e que assim sendo iria
 com muita alegria as inaugurações do Mercá-
 do Municipal, das obras de urbanismo do Con-
 vento e outros eventos de importância para
 Cabo Frio. Disse que falava com preocupação,

esperando que suas palavras chegassem ao conhecimento do Senhor Prefeito, e que assim fosse adotada outra postura, com Cabo Ivo participando ativamente das questões que envolviam a sua administração e as carências já muito conhecidas, encerrando a seguir sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Dixley Pereira da Silva, falando inicialmente sobre o Convênio TIP, já abordado pelo Vereador Wilmar Monteiro, afirmando que a matéria deveria ser discutida pelo Executivo e pela Câmara, pois se fosse o caso o Convênio deveria ser denunciado com o Município passando a dispor de dados concretos sobre a gestão da TIP. Disse que com a possível assunção ao cargo de Presidente da CERT, do Deputado José Carlos Coutinho, se proporia, com a anuência da Casa a convidá-lo para prestar informações sobre os fatos que estavam sendo denunciados sobre a TIP. Ainda com relação a CERT, denunciou que consumidores da zona rural do Município estavam recebendo contas com valores demasiadamente elevados e que era motivo também de interpeação a Empresa face os absurdos registrados. Quanto a reunião em São Pedro de Aldeia, com a participação da Ministra Margarida Procopio, disse que o Prefeito Ivo Saldanha não comparecera por ter assumido também em nome do Município outros compromissos e que não poderiam ser postergados, mas estava presente o Presidente da Procaf, Dr. Paulo Massa, que em audiência reservada passara as mãos

da Ministra, questões do município e que requiriam do Governo Federal a liberação de recursos, envolvendo inclusive o saneamento do Bairro Jacaré, e que segundo o Dr. Paulo Massa a Ministra manifestara boa receptividade quanto a Cabo Frio, até por recomendação expressa a assessores. Com relação a nomeação do Sub-Secretário de Esportes, informou que inexistia a Secretaria de Esportes, com a anuência da Câmara, estando ativa uma Sub-Secretaria de Esportes vinculada a Secretaria Municipal de Educação, parabenizando ao Vereador Walmir Rodrigues de Paçada pelas questões levantadas, encerrando a seguir sua fala. O seguir ocupou a Tribuna, Digo, após a fala do Vereador Rirley Pereira da Silva, o Senhor Presidente Geyr Silva da Rocha solicitou ao Vereador Walmir Rodrigues de Paçada, Vice-Presidente da Casa que assumisse a direção dos trabalhos, com o próximo orador inscrito, ocupou a Tribuna o Vereador Orlando da Silva Pereira, elogiando o trabalho desenvolvido pelo DEHUT, com relação a sinalização do trânsito no Município, estando de parabéns o Dr. Osvaldo Rosa chefe do setor, e também do Terminal Rodoviário de Cabo Frio, confessando que eram infundadas suas críticas quanto a Municipalização do órgão, visto o brilhantismo do Dr. Osvaldo Rosa. Falou a seguir do empirismo que estava sendo generalizado na Administração Municipal, tendo recebido informações de alguns Vereadores chegavam a ter retenta indicações de empregos já efetivadas o que era um absurdo e que assim

sendo não havia como o Prefeito realizar obras ou pagar um salário digno ao trabalhador. Disse que uma senhora o havia procurado dizendo que recebera oferta de emprego na Prefeitura embora já trabalhasse como doméstica e que este era um dos muitos exemplos de empreguismo que estava grassando na Prefeitura. Disse que o Governo Municipal não era sério, nomeando no dia anterior o Senhor José Jacônias Sub Secretário de Esportes, sobre o qual recaíam acusações de que teria levado dinheiro na liberação do dinheiro dos royalties. Adiante falou que a cidade estava mergulhada no caos, sem Prefeito e sem administradores configurando um quadro dos mais tristes para os cabofrienses, encerrando sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Jânio dos Santos Mendes, falou que dos assuntos enfocados, ficava a necessidade cada vez maior de valorização do Legislativo, pois embora respeitando aos Vereadores que ficavam de pés na mão, junto ao Gabinete do Prefeito, condenava tal prática, pois no seu entendimento tal compartamento enfraquecia a Câmara, sendo necessário um basta em tais práticas. Disse que cumpria aos Vereadores discutirem na Câmara as reivindicações da Comunidade, por mais simples que fossem, e mais, que deveria haver uma total independência quanto ao Poder Executivo. Disse ser necessário um perfeito descortínio da ação política no prisma de servir ao Município, e não, por troca de favores com o Executivo. Fa-

lou a seguir do estado lastimável das estradas que ligavam a sede do Município aos Bairros Ojiva, Però, Conchas e Caminho Verde, que sendo áreas das mais importantes pelo aspecto turístico principalmente, não mereciam também a atenção do Poder Executivo, o que era uma vergonha para um Município como Cabo Frio, que pretendia ser uma das mais importantes estâncias de lazer do Brasil. Falou também do Bairro Jacaré que sempre figurando nas promessas dos políticos, jamais recebera obras de saneamento tão necessárias a dignidade daquela comunidade, e que o mesmo ocorria com o Bairro Boca do Mato, que ao que parecia teria obras de saneamento iniciadas por indicação do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos. Quanto ao processo de emancipação de Búzios, disse que era necessária uma discussão ampla da questão no sentido de que interesses das comunidades envolvidas não fossem atingidos de forma negativa, afirmando que um grupo de cidadãos que se reunia para achar uma solução, entendia o clamor da população de Búzios, mas entendia também que a população de Cabo Frio tinha o direito de lutar pela dignidade administrativa e pela reconstrução do Município, encerrando sua fala. A seguir ocupou a Tribuna, como último orador inscrito, o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, disse que o seu Partido, o PSB, sempre lutara pela saúde pública, contra a sua privatização e contra os grupos de interesse de saúde que sempre espoliaram o povo brasileiro. Adiante, disse que não se podia falar em medicina pública com o sucateamento do que já existia de público, no caso o Município de Ca-

do Juiz, reflexo do que ocorria no País, com os di-
rigentes públicos sendo manobrados pelos donos
de Casas de Saúde e de grupos seguros de saú-
de. Prosseguindo, disse que o PSB, defendia um re-
passo legítimo para as instituições privadas de
saúde, pois o objetivo de um partido socialis-
ta era o do estabelecimento de todo o sistema
de saúde, digno e compatível com a cidadania
brasileira. Ainda sobre a saúde, disse que
se o PSB atingisse a Prefeitura, iria municipalizar
o Hospital Santa Isabel, de forma consciente, não
por mero ato político, leviano, não aceitando no
presente a desestabilização do Hospital Santa
Isabel, enquanto por outro lado era sueateia
do Hospital do IBASCAF. Com referência a Em-
presas realizarem obras no município em troca
de terrenos, lembrou ter um Requerimento dirigi-
do a Prefeitura a relação de todos os terrenos
pertencentes a municipalidade, não respondido
após um ano, enquanto era prática comum
a Prefeitura vender terrenos sem saber o que ti-
nha, e que assim sendo, seria favorável com
um levantamento criterioso dos terrenos. Quanto a
emancipação de Búzios, respeitava a posição do
Vereador Félix da Costa Gomes favorável, mas
tinha certeza que a sua posição contrária era
respeitada pelo Ilustre Vereador, tendo a consciên-
cia tranquila de que na hora em que tenta-
ram sueatear Búzios próximo à época da em-
anipação, com venda inclusive de áreas verdes,
havia se insurgido por ser um desrespeito
contra o povo de Búzios. Disse que o assunto era
muito sério e que o PSB estava em permanen-
te contato com as comunidades do Segundo

e Terceiro Distritos, discutindo o que era bom ou ruim, lendo a seguir nota divulgada pelo PSB sobre a emancipação de Búzios, pelo, DIGO, onde era condenada a participação da classe empresarial morada por interesse imobiliários na região, e com fatos que eram omitidos da população interessada, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado a ORDEM DO DIA. Foram encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça os seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 015/91 de autoria do Prefeito Municipal de Cabo Frio e Projetos de Resolução nº 005 e 006/91 de autoria da Mesa Executiva da Câmara. Aprovados os seguintes Requerimentos: Requerimentos nº 029 e 030/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda e Requerimento 038/91 de autoria da Mesa Executiva da Câmara. Aprovadas as seguintes Indicações: Indicação nº 034/91 de autoria do Vereador Benildo Mota, e Indicações nº 035 e 040/91 de autoria do Vereador Joãozinho Pacheco Filho. A seguir, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão por cinco minutos, para apreciação do parecer conjunto das Comissões Técnicas da Casa, ao Projeto de Resolução nº 006/91. Realizando a Sessão, o Senhor Presidente Aeyr Silva da Rocha solicitou ao Primeiro Secretário, ad hoc, Vereador Jânio dos Santos Mendes, que procedesse a chamada regimental. Cumprindo o rito regimental, o Primeiro Secretário ad hoc, informou ao Presidente haver número regimental. De imediato, o Senhor Presidente colocou em discussão parecer conjunto das Comissões Técnicas da Casa no Projeto de Resolução nº 006/91, dispondo sobre fixação de prazo para votação do Pla-

no Diretor. O parecer é favorável a aprovação da matéria. Ao encaminhar a Matéria, o Vereador Osmar Sampaio da Silva, disse não desejar criar problemas para a Mesa Executiva, mas entendia que a exemplo da Lei Orgânica condições deveriam ser criadas para que todas as camadas da população participassem ativamente na discussão do Plano Diretor, visto ser o documento mais abrangente da problemática municipal e válido por cinco anos, e mais da necessidade de fixação do calendário e critérios de votação. Colocado em votação o Projeto de Resolução 006/91 foi aprovado por unanimidade. A seguir o Senhor Presidente ouvira atentamente o encaminhamento do Vereador Osmar Sampaio da Silva e concordava em muitos pontos. Disse ser pensamento da Presidência convidar os Ilustres Vereadores para uma reunião no dia onze de abril, às 10:00 horas, para que fosse definido o calendário e os critérios de votação do Plano Diretor. Disse que realmente a Câmara poderia apresentar tais desideratos através de Projeto de Resolução, mas optara por buscar o consenso entre os Senhores Vereadores. Não havendo mais matéria para ser apreciada, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para EXPLICAÇÃO PESSOAL. Pela ordem ocupou a Tribuna o Vereador José Oscar Elias, aplaudindo em comentários a instalação de semáforos na Avenida Júlia Kubistheak, mas, que outros semáforos estavam danificados sem que a Prefeitura tomasse providências, sendo favorável que funcionários fizessem estágio em centros mais adiantados para após, prestarem serviços quanto a sinalização por semáforos. Com rela-

eão a manutenção das Ruas, disse que as principais
 ruas do Município estavam em estado deplorá-
 vel, merecendo a atenção da Administração Muni-
 cipal, que infelizmente parecia se omitir. Disse que
 enquanto Cabo Frio padecia com o abandono de
 suas ruas, no vizinho Município de São Pedro de
 Aldeia o Prefeito Jédis Rosa mantinha com sucesso
 um serviço de manutenção de vias públicas. Quanto
 a colação de que havia um número excessivo de
 funcionários, com Vereadores se beneficiando com no-
 meações, disse que ficava triste com tais denun-
 cias, quando se noticiava que em Divinópolis no Es-
 tado de Minas Gerais, contando com cerca de trezen-
 tos mil habitantes, dispunha de um quadro funcio-
 nal que não chegava a dois mil funcionários, quan-
 do em Cabo Frio passava de mais de três mil fun-
 cionários, no que encerrou sua fala. A seguir fiz
 uso da palavra o Vereador Osmar Sampaio da
Silva, abordando a possível permuta de terrenos
 da Municipalidade por serviços, afirmando ser fa-
 vorável desde que fosse dedeida a legislação, e
 mais, que era ilegal o Prefeito pagar a uma
 firma já instalada em Cabo Frio, oriunda de Ma-
 caé, com terrenos da Municipalidade sem que
 fosse ouvida a Câmara, o que iria configurar mais
 uma transgressão do Prefeito. Aludindo as diver-
 gências entre a atual Administração e a anteri-
 or, disse que com o nome das fações, inda-
 gava qual seria o nome adotado para o Estádio
 de São Cristóvão, se Correão, pela Administração
 anterior, ou Carrião pela atual Administração.
 Adiante, disse que faltando exatamente noventa e
 seis horas para que expirasse o prazo legal, o Pre-
 feito ainda não havia encaminhado a Câmara

na as contas do exercício de mil novecentos e noventa, da mesma forma como não havia encaminhado os balancetes referentes a mil novecentos e noventa, esperando que não chegasse a Casa qualquer pedido de suplementação sem que o Prefeito prestasse contas da execução orçamentária. Com relação a CERT, me tiro de críticas naquela reunião, disse que pelo menos até aquela oportunidade questionava a maneira como a empresa se comportava perante ao consumidor, principalmente com relação a TIP, entendendo que o atual Governo do Estado providenciasse os devidos esclarecimentos, no que encerrou sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Aires Bessa de Figueiredo. Argumentando ter sido o Vereador quando da formação de Comissões Técnicas, lutara pela representação de todos os Partidos, visto a importância da representação Cãmara. Adiante disse que votara favoravelmente a prorrogação para apreciação do Plano Diretor, mas que estava criado outro problema, pois encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça, para relatar, haveria também questão de prazos em outras Comissões, e também lamentava que nem todos os segmentos da Câmara estivessem representados nas Comissões Técnicas. Quanto a emancipação de Búzios, via a movimentação de políticos, e vira no Plenário um mapa colocado pelo ex-Prefeito, e que olhado detalhadamente poderia se ver no tal mapa, a Mouringa, a Sylton entre outros Projetos, e mais que o ex-Prefeito, candidato derrotado a Deputado, fizera discurso em Búzios favorável a emancipação, afirmando que

era um politico sem bandeira, sem coragem, e por isso apreciava politicos como o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, face suas posições firmes com o qual se solidarizava. Disse que quando da emancipação do Araxá de Cabo fora favorável, sendo contra os métodos adotados pelo então Governador Leonel Brizola, sustando o ICM de Cabo Frio até a votação do Prefeito do novo Município, e assim, não era contra a emancipação de Búzios desde que critério era, lembrando a seguir entrevista do Senhor José Bonifácio dizendo que era contra a emancipação e quando estava em Búzios era a favor, e assim encerrou sua fala. Não havendo mais quem quizesse fazer uso da palavra em EXPLICAÇÃO PESSOAL, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião em nome de Deus, marcando uma próxima para o dia dezesseis de abril do ano em curso. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata que depois de lida, submetida a Apreciação Plenária, Aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

[Handwritten signature]
 Ata da Decima Sexta
 Reunião Ordinária
 do primeiro período
 Legislativo do ano
 de mil novecentos e
 noventa e um (1991), realiza-
 da em dezesseis de
 abril do ano em cur-
 so.

As dezesseis horas do dia dezesseis